



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

## **DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**CLÁUSULA QUARTA.** O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

## **DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**CLÁUSULA QUINTA.** O Tribunal fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** assinar o Contrato.

**5.1** Se o fornecedor recusar-se a assinar o Contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

## **DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO**

**CLÁUSULA SEXTA.** O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **30 (Trinta) dias corridos**.

**6.1.** Local e horário para entrega: Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário - COPAT, situada na Rua Sócrates Alvim nº. 10, Bairro Camargos, Belo Horizonte/MG, no horário de 09:00 às 17:00 horas.

**6.1.1.** O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COPAT, através do telefone (31)3362.1303, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

## **DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**CLÁUSULA SETIMA.** O prazo de garantia contra eventuais defeitos de fabricação verificados nos equipamentos é de 48 (quarenta e oito) meses, com suporte técnico on-site no horário comercial, contados a partir da data de entrega, devendo substituir os danificados por outros, em perfeitas condições de funcionamento e com as mesmas características, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, após a comunicação do problema que deverá ser feita pelo Tribunal.

## **DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**CLÁUSULA OITAVA.** Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

**8.1** O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

**8.1.1.** O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

**8.1.2.** O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

**8.2** Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

**8.3** Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

**8.4** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

## **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**CLÁUSULA NONA.** Constituem obrigações:

### **9.1. DO TRIBUNAL**

**9.1.1** Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

**9.1.2** Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

**9.1.3** Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

**9.1.4** Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

### **9.2. DO FORNECEDOR**

**9.2.1** Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Contrato, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

**9.2.2** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

**9.2.3** Substituir, no prazo de 08 (três) dias úteis e sem ônus para o Tribunal os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata e/ou a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

**9.2.4.** Substituir os equipamentos defeituosos, em até 03 dias úteis após a comunicação do problema que deverá ser feita pelo Tribunal, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

**9.2.5** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato.

**9.2.6** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

**9.2.7** Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei federal nº. 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Tribunal;

**9.2.8** Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência.

**9.2.9** Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**9.2.10** Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

**9.2.11** Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

## **DO PAGAMENTO**

**CLÁUSULA DÉCIMA.** O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará do Contrato e da Nota de Empenho.

**10.1.** No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

**10.2.** Para cada Contrato, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

**10.3.** O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo – COPAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

**10.4.** O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

**10.5.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o Tribunal comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

**10.5.1.** Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

**10.6.** O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

**10.7.** Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com as especificações que integram esta Ata.

### **DAS ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** O preço registrado se manterá fixo e irreajustável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18/04/2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

**11.1.** O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado;

### **DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

**12.1. Pelo Tribunal:**

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar o Contrato no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Tribunal.

**12.2. Pelo Fornecedor:**

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

**12.3.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**12.3.1.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no “Diário do Judiciário Eletrônico”, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**12.4.** A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Tribunal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

**12.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

**12.6.** Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o Tribunal adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** Pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

**13.1.** Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, do art. 12 da Lei Estadual nº 14.167/02 e do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 e alterações posteriores, o licitante que:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata ou o Contrato;
- b) deixar de apresentar documentação exigida para o certame

- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar ou fraudar a execução da Ata ou do Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**13.2.** Pela inexecução total ou parcial da Ata ou do Contrato, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
  - b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
  - b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº 13.994/2001 e demais disposições correlatas;
- d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 e alterações posteriores.

**13.3.** A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

**13.4.** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

#### **DA TROCA DE MARCA**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** O procedimento para troca da marca inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

**14.1.** A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;
- b) apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

**14.2.** A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) é vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

**15.1.** Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Tribunal, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GEComp.

**15.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**15.3.** As aquisições adicionais de que trata o subitem 13.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**15.4.** Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

**DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA.** As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte,        de        de 2010.

Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE  
Presidente

Pelo Fornecedor:

\_\_\_\_\_  
Carolina Grossmann  
FFG Comércio de Suprimentos Ltda

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

# ANEXO I DA ATA – QUANTITATIVO, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDORES

(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 023/09)

LOTE	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	CÓDIGO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
Único	600	un	<p><b>Leitor ótico de Códigos de Barras, com as seguintes especificações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>Dimensões (máximas)</u>: 20cm (a) x 9,3cm (p) x 11cm (l);</li> <li>- <u>Peso (máximo)</u>: 150g sem o cabo;</li> <li>- <u>Tensão</u>: 5 Volts;</li> <li>- <u>Tipo de leitor</u>: bidirecional;</li> <li>- <u>Capacidade de decodificação</u>: upc/ean, código 39, código 39 ASC-II completo, código 39 trioptic, código 93, codabar, intercalado 2 de 5, código 128, ean-128, discreto 2 de 5, msi plessey, code 11, iata, rss;</li> <li>- <u>Fonte de luz</u>: diodo laser visível 650nm;</li> <li>- <u>Taxa de leitura</u> de, no mínimo, 72 scans por segundo;</li> <li>- <u>Contraste de impressão</u>: 35% de reflexão mínima;</li> <li>- <u>Indicadores de leitura</u>: sonoro e luminosa;</li> <li>- <u>Interfaces de comunicação</u>: emulação de teclado, USB;</li> <li>- <u>Distância de trabalho</u>: nominal do contato até 33cm;</li> <li>- <u>Temperatura operacional</u>: De 0 a 40°C;</li> <li>- <u>Temperatura de armazenagem</u>: de -40 a 60°C;</li> <li>- <u>Umidade</u>: 5% a 95% de umidade relativa, sem condensação;</li> <li>- <u>Especificações sobre quedas</u>: Suporta múltiplas quedas de 1,5m em concreto;</li> <li>- <u>Compatibilidade – sistemas operacionais</u>: Windows 98, XP, Vista;</li> <li>- <u>Suporte ajustável</u>: Obrigatório, permitindo a utilização de forma manual ou fixa com base deixando as mãos livres.</li> </ul>	85.10.129-0	OPTICON	R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais)	FFG Comércio de Suprimentos Ltda